TRABALHO E NECESSIDADES NAS SOCIEDADES PRIMITIVAS

Sociedades como estas (primitivas) que estamos considerando não têm as nossas razões para trabalhar – se é que entre elas se encontre algo parecido como o que faz o burocrata na repartição ou o operário na fábrica, comandados pelos administradores, pela linha de montagem, pelo relógio de ponto, pelo salário no fim do mês. “Trabalham” para viver, para promover às festas, para presentear. Mas nuca mais que o estritamente necessário: a labuta não é um valor em si, não é algo que tem preço, que se oferece num mercado; não se opõe ao lazer, dele não se separando cronologicamente (“hora de trabalhar, trabalhar”); não acontece em lugar especial, nem se desvincula das demais atividades sociais (parentesco, magia, religião, política, educação...). Sempre que se pareçam com o que chamamos “trabalho”, tais atividades são imediatamente detestadas. Aliás, no fundo, no fundo, não o são também entre nós?

[...] De vez em quando se trabalha um pouco mais que o necessário à satisfação do “consumo” regular. Mas com maior frequência, dentro do tempo normal de “trabalho”, se produz algo que transborde o necessário. Esta é, em geral, a parte das solenidades, das festas, dos rituais, dos presentes, das destruições ostentatórias, das manifestações políticas, da hospitalidade... e o significado desse algo mais nunca é acumular, investir. Há aí, portanto, uma grande diferença em relação à nossa atitude oficial para com o trabalho. Mas não há, ao mesmo tempo, algo que intimamente invejamos? Algo com coloração de sonho, para nós, que mais ou menos reservadamente trabalhamos de olho na hora da saída, no fim de semana, no feriado prolongado, nas férias, na aposentadoria?

Rodrigues, José Carlos. Antropologia e Comunicação: princípios radicais. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. P. 101.